

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
I. DISPOSIÇÕES E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA PENAL	19
1. Disposições e princípios constitucionais escritos	20
2. Princípios constitucionais não escritos	25
3. Outras disposições e princípios constitucionais	27
II. MANIFESTAÇÕES ATUAIS DA INTERVENÇÃO PENAL. DA PERTINÊNCIA DO CONFRONTO DE TAIS MANIFESTAÇÕES COM AS DISPOSIÇÕES E OS PRINCÍPIOS EM MATÉRIA PENAL	31
1. Manifestações atuais da intervenção penal. Em geral	33
2. Manifestações atuais da intervenção penal. Em Portugal	38
III. DA CONSTITUIÇÃO COMO <i>LIMITE</i> À CONSTITUIÇÃO COMO <i>FUNDAMENTO</i> (TAMBÉM COMO FUNDAMENTO ) DO DIREITO PENAL. A CATEGORIA DO BEM JURÍDICO	43
1. De um conceito <i>formal</i> de crime a um conceito <i>material</i>	48
2. Jurisprudência constitucional	51
3. Crise do conceito material de crime assente na função de tutela de bens jurídicos	54

IV. DA CONSTITUIÇÃO COMO <i>LIMITE</i> À CONSTITUIÇÃO COMO <i>FUNDAMENTO</i> (TAMBÉM COMO FUNDAMENTO) DO DIREITO PENAL. A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	59
1. A constitucionalização dos direitos fundamentais e o direito penal	59
2. Imposições constitucionais expressas de criminalização	71
V. DA CONSTITUIÇÃO COMO <i>LIMITE</i> À CONSTITUIÇÃO COMO <i>FUNDAMENTO</i> (TAMBÉM COMO FUNDAMENTO) DO DIREITO PENAL. A GARANTIA JURISDICIONAL DA CONSTITUIÇÃO	75
1. A lei penal na passagem do Estado legislativo de direito para o Estado constitucional contemporâneo	77
2. O controlo de constitucionalidade da lei penal	82
3. Harmonização dos princípios da constitucionalidade e da maioria	85
4. Por um outro controlo de constitucionalidade da lei penal	87
VI. COSMOPOLITISMO E PLURALISMO CONSTITUCIONAL. PROTEÇÃO MULTINÍVEL DE DIREITOS	97
1. O caso <i>M. v. Germany</i>	99
2. O caso <i>Del Río Prada v. Spain</i>	103
JURISPRUDÊNCIA	106
BIBLIOGRAFIA	109